

Última oportunidade

Antônio Dias Leite

São inúmeras as reuniões dos diversos segmentos da sociedade, a suceder-se em ritmo intenso, em busca do entendimento sobre a solução da crise. Em fins de 1985, escrevi quatro artigos analisando requisitos e dificuldades desse entendimento, tanto do lado de capitalistas e empresários, como dos assalariados e do governo. Significativas frações de cada uma das partes interessadas não se mostravam, à época, dispostas a abrir mão de privilégios, a reprimir desejo em geral legítimo de melhorar de imediato o respectivo salário real, a dedicar-se ao esforço paciente de racionalizar a administração, ou ainda a abrir mão de vantagens eleitorais imediatas, sem esquecer obstáculos interpostos por interesses menores ou até mesmo inconfessáveis.

A dificuldade essencial é que este pacto depende da adesão simultânea da maioria de todos os segmentos da sociedade ao conjunto de medidas econômicas também simultâneas que, por sua vez, impõem restrições aos desejos de todos. As diversas minorias inconformadas, quando somadas, formam um ponderável bloco de oposição. Tem sido um espetáculo repetitivo a acusação recíproca de responsabilidade pelo agravamento contínuo do processo inflacionário e a proposição de programas, alguns até postos em prática, em que apenas um dos segmentos interessados da sociedade paga a conta dos sacrifícios.

Desde o início do processo de transição política, foram surgindo, no entanto, dois fatos importantes que concorrem para o renovado interesse pelo tema do entendimento:

I — A crise econômica interna agravou-se, quase em todos os sentidos, e tornou-se mais complexa, levando os responsáveis pelas decisões econômicas à perplexidade e instilando, na sociedade como um todo, a convicção de que um colapso da economia organizada pode, de fato, vir a ocorrer a qualquer momento;

II — A exacerbada controvérsia política e ideológica que caracterizara o início do processo constituinte abrandou-se, tornando possível, através de um incessante diálogo, a votação por consenso de muitas das definições controvértidas, embora discutível o seu mérito.

No quadro de crise econômica e de confronto político, não foi possível ao governo da União estabelecer um programa econômico durável. Substituíram-se várias vezes as administrações, por motivos também variados. Em cada uma das fases, todas de curta ou curíssima duração, foram adotadas medidas econômicas, financeiras e sociais adequadas, apesar de contra-

ditórias entre si, já que fundadas em diagnósticos diversos da crise, e foram também postas em prática medidas equivocadas. Mais, em nenhum momento se teve um programa global, suficiente e coerente, capaz de impor uma derrota indiscutível à inflação e de abrir caminho para que se tornasse realidade o discurso político em torno da retomada do desenvolvimento econômico e social, com melhoria da repartição da renda.

Os programas foram sempre incompletos, tendo origem em visão parcial e, às vezes, até simplista da crise, identificando a com apenas duas ou três causas principais, porém insuficientes. Concorreram para o repetido insucesso dificuldades essencialmente políticas e de curto prazo, incompetência administrativa e, ainda, obstáculos à ação dos administradores criados, em cada caso, por alguns dos mesmos segmentos da sociedade que têm dificultado o entendimento da maioria da opinião pública e da respectiva representação política.

A situação interna do país agora é outra: a opinião pública está com a "psicose" da elevação contínua e crescente dos preços; foi iniciado o entendimento entre empresários e trabalhadores; aproxima-se o término do processo constituinte, possivelmente até setembro; o governo da União tomou, pela primeira vez, algumas medidas de fundo, embora ainda insuficientes, relacionadas com a sua parcela de responsabilidade na crise; e o campo da controvérsia teórica reduziu-se, já que opções anteriormente existentes infelizmente não são mais possíveis e muitas medidas úteis foram destruídas como parte que eram de programas anteriores malsucedidos.

Esse conjunto de condições nos autoriza a acreditar que é exequível, no momento, o entendimento em torno de um programa econômico realista para o ano e meio que falta. Há, todavia, um dilema a resolver: caminha-se ou não para um combate simultâneo em todas as frentes, com a amplitude necessária, a partir do que vai sendo feito pela atual administração, mas de forma necessariamente independente das injunções políticas-eleitorais-demagógicas que inviabilizaram outras tentativas de solução da crise. Trata-se de decisão que não admite meio-termo. Há que arriscar tudo no curto prazo do campo político, para poder almejar o sucesso a médio prazo no campo econômico, o qual, por sua vez, poderá conduzir ao sucesso político no final do processo de transição. É ver se conseguimos passar do horizonte de um mês para o de um ano para, a seguir, passar do de um ano para o de 10 anos.

O governo do Presidente Sarney vive, até final de outubro, a última oportunidade de evitar o desastre.

Antônio Dias Leite é professor titular da Faculdade de Economia e Administração da UFRJ

24 AGO 1988